



No passado dia 10 de Setembro, promoveram a Associação de Praças e o Clube de Praças da Armada a comemoração nacional do 75º aniversário da Revolta dos Marinheiros de 8 de Setembro de 1936 – Dia Nacional da Praça das Forças Armadas.

A cerimónia foi presidida pela Exmo. Sr. TGEN PILAV Eduardo Silvestre dos Santos como convidado de honra e contou com a presença dos representantes dos Grupos Parlamentares do CDS/PP e PCP, representantes das Chefias Militares, CEMGFA, CEMA e CEMFA, do poder autárquico, CMA, JF Feijó e JF Cova da Piedade, representante da DGPRM representantes das associações, LC, ADFA, ANS, AOFA, ANMM, URAPA, APVG, CSA, COMIL, Núcleo de Marinheiros e Fuzileiros do Distrito da Guarda e dos Clubes de Praças da Força Aérea do CA e BA6. Contou ainda com a presença de S. Exa. o Comendador da Ordem da Liberdade e último sobrevivente dos acontecimentos do dia 8 de Setembro de 1936, José Barata.

No decorrer da cerimónia pudemos ouvir alocações por parte do Presidente da AP, Luís Reis e do Exmo. Sr. TGEN PILAV Eduardo Silvestre dos Santos. Da primeira intervenção importa-nos reter algumas palavras do nosso presidente Luís Reis:

“Hoje na comemoração do Dia Nacional da Praça das Forças Armadas, homenageamos também, os homens que pela sua perseverança e

altruísmo, nunca deixando de acreditar na soberania do estado, também nunca deixaram de honrar os valores morais e éticos da Sociedade, ao serviço da qual estavam então, mas por insistirem em defender a todo o custo a dignidade da condição humana foram injustamente condenados.

A justiça demorou mas foi feita. Em 21 de Maio de 1999 o Primeiro Magistrado da Nação, à época, Dr. Jorge Sampaio, quando na sua qualidade de Presidente da República, numa das suas homenagens prestadas aos marinheiros do 8 de Setembro de 1936, com “várias décadas de atraso” – como referiu, agradeceu na pessoa de seis sobreviventes marinheiros tarrafalistas, com a Comenda da Ordem da Liberdade, o “acto heróico” por eles praticado contra a ditadura do Estado Novo.

E mais, disse: “Portugal deve-lhes o reconhecimento e a fraternidade de corporizarem um dos momentos mais significativos de determinação, na luta contra essa ditadura.

Hoje contamos com a presença do nosso comendador, marinheiro, camarada e amigo José Barata, o último resistente vivo da “Revolta” que acabou de fazer a bonita idade de 95 anos e para quem eu pedia uma enorme salva de palmas.

Hoje ao comemorarmos o Dia Nacional da Praça das Forças Armadas, por razões óbvias, homenageamos também as gerações de praças que

**“A REVOLTA
DOS MARINHEIROS
DE 8 DE SETEMBRO
DE 1936”
DIA NACIONAL
DA PRAÇA
DAS FORÇAS
ARMADAS**



no passado serviram o país nas Forças Armadas, com elevado mérito, abnegação, coragem e profissionalismo. Para muitos com a perda da própria vida ou ainda, os que ficaram com sequelas físicas e psicológicas que os acompanham até ao fim das suas vidas.

Contudo e face ao grande desempenho e relevo de grande preponderância que detêm na estrutura das Forças Armadas, as Praças, vêem-se confrontadas precisamente com a falta da melhoria das condições de serviço, a ausência de dignificação, respeito, reconhecimento e valorização profissionais e também a ausência de respeito pelo associativismo socioprofissional, que também a este grupo de cidadãos em uniforme lhes está assignado no campo dos direitos, liberdades e garantias.

Também de uma forma mais ampla, diria, que é preciso, que o Governo reconheça em primeiro lugar o importante papel que os Militares das Forças Armadas desempenham como garante da soberania nacional, e que não coloque os militares como instrumento de combate ao défice.

Militares, que têm contribuído, desde há muitos anos, para a recuperação económica do País, perdendo significativamente na sua qualidade de vida e das suas famílias, bem como no seu poder de compra face à inflação oficial.

A indefinição da carreira militar na categoria de Praça, onde a criação de uma nova carreira na categoria de Praça, que potencie a motivação, fundamentada em mais dois postos que privilegie a dignidade e o respeito que as Praças merecem e cuja extensão se efectue aos outros ramos equacionando a hipótese de existirem praças dos QP é fundamental e inadiável

A implementação de um novo Sistema Retributivo, que na sua fase de implementação, subverteu valores de princí-

pio e de coesão, permitindo que militares no mesmo posto com uma diferença de antiguidade relativa enorme (15 anos) auferam o mesmo vencimento. Situação que só na Marinha atinge mais de 1100 Praças.

Perante tudo isto, diria, o nosso espírito militar, o nosso intenso sentimento patriótico, a nossa atitude e a nossa postura merecem mais respeito e consideração.”

Seguidamente entreviei o Exmo. Sr. TGEN PILAV Eduardo Silvestre dos Santos, que referiu:

“Neste dia de celebração, saúdo com camaradagem todos os Praças das Forças Armadas, elementos indissociáveis de umas Forças Armadas coesas e solidárias. O honroso convite formulado pelo Presidente da Associação de Praças da Armada para intervir nesta cerimónia dá-me oportunidade para partilhar convosco alguns assuntos mais actuais que me preocupam especialmente.

Creio que a maioria de vós está consciente que, desde a LDNFA de 1982 e, mais ostensivamente desde o início da década de 1990's, tem havido múltiplas investidas do poder político sobre as Forças Armadas, para cercear direitos fundamentais dos militares, o seu acesso e o dos seus familiares à saúde, minimizar o seu direito de reunião e associação, para introduzir cada vez mais injustiças e desigualdades no seu sistema remuneratório e de carreiras, para adulterar e descaracterizar o seu Regulamento de Disciplina, para atrasar o mais possível a sua modernização, etc. Tudo isto perante a passividade e a demissão do exercício do “direito de tutela” de muitos chefes militares, por alguma razão há mais de uma década escolhidos e nomeados directamente pelo poder político.



A classe política que tem detido o poder, vem sistematicamente destruindo os alicerces fundamentais das FFAA (com o acordo tácito da maioria dos Chefes Militares, no mínimo por omissão), faltando à verdade, ludibriando, cometendo mesmo ilegalidades, despojando-as progressivamente da sua dignidade, retirando-lhes os seus princípios éticos fundamentais e adulterando e corrompendo o conceito básico de disciplina militar, alicerçado no exemplo dos chefes, substituindo-o por outro, incoerente, discricionário e justicialista.

A investida mais recente contra os direitos, liberdades e garantias dos militares e do Estatuto da Condição Militar é o parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, que conclui pela impossibilidade de os militares no activo exercerem o direito de manifestação em defesa das competências que são atribuídas às Associações Profissionais de Militares (APM) na Lei nº 3/2001. O parecer deixa a todos a sensação de ter sido "encomendado", é de uma pobreza argumentativa conflagradora, mal elaborado, e não transparece a dignidade esperada de juristas consagrados. Os órgãos de soberania estão a atirar deliberadamente as Forças Armadas cada vez mais para a marginalidade. Têm-nos intencionalmente retirado direitos e sabem-no! Receiam o nosso espírito de sacrifício e verticalidade? Inquieta-os a nossa disciplina e espírito de corpo? Sabem porquê? Na minha opinião porque não têm a consciência nada tranquila.

*Portugal não pode ser negociado nem alienado, porque todos somos OS PORTUGUESES de que os discursos políticos tanto falam, e nenhum de nós o deseja. Alertamos para que têm de ser as gerações mais novas a lutar pelos seus direitos. Tem de surgir sangue novo nesta nossa luta pela justiça e pela igualdade social. A minha geração, a geração que fez o 25 de Abril e que tem tido até agora voz activa nas várias Associações Profissionais Militares, está na terceira idade e sem o vigor necessário para a continuação da nossa luta. Só podemos ter esperança em decisões mais justas se **todas** as Associações da Família Militar se rejuvenescerem, permanecerem unidas e lutarem em uníssono.*

A cerimónia decorreu com a deposição de flores junto do monumento ao marinheiro insubmisso em homenagem às praças, que participaram nas acções do dia 8 de Setembro de 1936, entretanto já falecidos.

Seguiu-se o almoço de confraternização e no final procedeu-se à entrega dos prémios referente à Prova de Atletismo, que se realizou em 3 de Setembro de 2011, às 10 horas, na área do Alfeite/Base Naval de Lisboa, com partida e chegada no CEFA (Centro de Educação Física da Armada) e do Concurso de Pesca, que decorreu no próprio dia, pelas 08 horas, no Cais do Ginjal, em Cacilhas. Assistiu-se ainda à brilhante actuação do Grupo de Dixieland da Banda da Armada.

Agradecemos à Câmara Municipal de Almada e Junta de Freguesia do Feijó, o apoio incondicional à organização desta cerimónia, a S. Exa. Almirante Chefe de Estado-Maior da Armada pela cedência da Fanfarra do Corpo de Fuzileiros e do Grupo de Dixieland da Banda da Armada e a todos os elementos dos órgãos sociais do CPA, AP, associados, familiares e amigos, funcionários do CPA e em particular ao seu associado Carlos Martins na ajuda imprescindível na execução desta distinta festa.

Solicitamos desde já a presença de todos nas **comemorações do 76º aniversário do Dia Nacional da Praça das Forças Armadas, que se realizará no dia 8 de Setembro de 2012**, bem como assinem a petição que lançámos, assinando e divulgando a mesma, de modo a que o dia 8 de Setembro oficialmente reconhecido como Dia Nacional da Praça das Forças Armadas.

**Um bem-haja às Praças insubmissas que a 8 de Setembro de 1936 se revoltaram.
Nunca vos seremos suficientemente gratos!**



